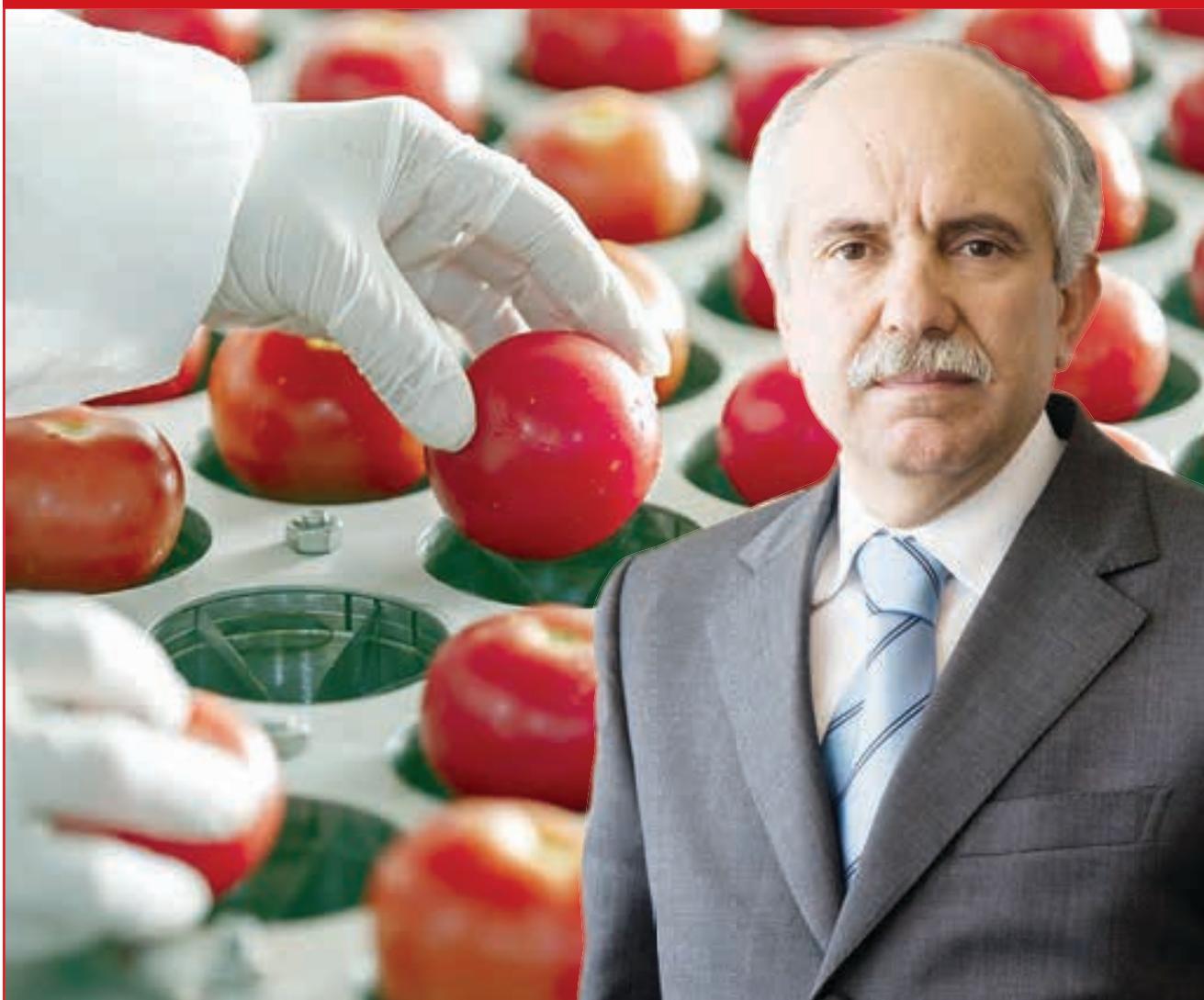


JORGE TOMÁS HENRIQUES EM ENTREVISTA À "VIDA ECONÓMICA" NA SEMANA DO 6º CONGRESSO DA FIPA

Indústria 4.0: "o agroalimentar tem todas as condições para sair no pelotão da frente"

Pág. 2



Editorial

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt



(Re)pensar o agroalimentar

A indústria agroalimentar atingiu em 2016 um volume de negócios de 15,4 mil milhões de euros, com um VAB de 2,8 mil milhões, sendo responsável por mais de 108 mil empregos diretos e mais de 500 mil indiretos.

No global, registou um volume de exportações de 6,3 mil milhões de euros (11,3% do total da economia). As exportações da indústria alimentar e das bebidas cifraram-se em 4,6 mil milhões de euros, mais 3,7% em relação a 2015, representando 9,2% do total das exportações da indústria transformadora.

Na vertente da indústria 4.0, que está na ordem do dia, "Portugal foi o único país da UE que englobou na definição da sua estratégia nacional um grupo de trabalho para o agroalimentar", destacou esta semana, no 6º congresso da FIPA, o secretário de Estado da Indústria, João Vasconcelos. Referiu, aliás, esse facto como tendo sido "uma surpresa em toda a Europa".

Estamos em presença de um setor "fundamental para o desenvolvimento empresarial português", frisou o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no encerramento da reunião magna da FIPA, pedindo mesmo aos empresários que "continuem a saber antecipar o futuro", concentrando-se no "essencial" e deixando cair o "acessório".

O agroalimentar está, porém, disperso por múltiplas entidades representativas – CAP, FIPA, PortugalFoods, PortugalFresh, InovCluster, AgroCluster, entre outras. E pese embora o recente reconhecimento do AgroFood Portuguese Cluster, que agrega estas quatro últimas estruturas, cada qual prossegue a sua própria estratégia de ação, de acordo com o seu próprio orçamento, recursos humanos e linhas de apoio públicas. E continuam a comunicar – ou até não – ações, projetos e inovação cada uma por si e sem qualquer estratégia e identidade comuns.

Há desafios enormes, internos e externos, o tempo urge e a pergunta impõe-se: pode um dia o agroalimentar unir-se e falar a uma só voz?

Destaques

O agroalimentar é um dos setores que mais pode beneficiar da Indústria 4.0

Pág. 3

Ministro da Agricultura quer eliminar erros nos pagamentos realizados pelo IFAP

Pág. 5

Sumol+Compal abre fábrica na Costa do Marfim e pondera a Etiópia

Pág. 6

SOLUÇÕES SGS
PARA A **AGRICULTURA**

ANÁLISES LABORATORIAIS

- Solos
- Águas
- Folhas e raízes
- Produtos Alimentares

AGRICULTURA DE PRECISÃO

- Fertirrega
- Mapeamento de solos

CERTIFICAÇÃO

- Modo de Produção Integrado
- GlobalG.A.P.
- Modo de Produção Biológico
- Sistemas de Gestão

FORMAÇÃO SGS ACADEMY®

- Distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
- Produção agrícola sustentável
- Mecanização agrícola e condução de veículos agrícolas
- Boas práticas de higiene e segurança alimentar
- Modo de Produção Biológico



WWW.SGS.PT



SGSMULTILAB.PT



SGSSCHOOL.PT



SGSG2020.PT

SGS PORTUGAL
T.: 808 200 747*
E.: pt.info@sgs.com
*de seg. a sex. das 9h às 18h

SGS

JORGE TOMÁS HENRIQUES EM ENTREVISTA À "VIDA ECONÓMICA" NA SEMANA DO 6º CONGRESSO DA FIPA

Indústria 4.0: "o agroalimentar tem todas as condições para sair no pelotão da frente"

O Ministério da Economia apresentou ao país a 31 de janeiro, em Leiria, uma estratégia nacional com 60 medidas para a Indústria 4.0, projetando que vão ser injetados na economia até 4,5 mil milhões de euros de investimento em recursos relevantes para a transformação digital do tecido produtivo nacional. E o setor agroalimentar é um dos envolvidos, cujas empresas trabalharam desde o início no estudo e definição dessa estratégia.

Nesta entrevista à "Vida Económica" por ocasião do 6º Congresso da Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares (FIPA), Jorge Henriques não tem dúvidas: em matéria de indústria 4.0, "a indústria agroalimentar tem todas as condições para sair no pelotão da frente". O presidente da associação deixa, ainda assim, um alerta ao Governo: o agroalimentar "necessita claramente de uma envolvente favorável em termos de políticas nacionais".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - A economia portuguesa fechou 2016 com um excedente externo equivalente a 1,8% do PIB, com as exportações a crescerem 2%. Que contributo direto deu a indústria agroalimentar para estes números?

Jorge Tomás Henriques - No final de 2016, as exportações da indústria alimentar e das bebidas cifraram-se em 4,6 mil milhões de euros, um aumento de 3,7% em relação a 2015 e acima da média nacional. Este setor representou 9,2% do total das exportações da indústria transformadora nacional.

VE - É hoje assumido que as empresas devem trabalhar para competir no mercado global. A maioria das indústrias do agroalimentar já está preparada para este

desafio ou há ainda muito caminho a percorrer?

JTH - O foco na exportação por parte das indústrias do agroalimentar acentuou-se bastante nos últimos anos e podemos dizer que as nossas empresas estão cada vez mais viradas para o mercado global. Há, no entanto, ainda um longo caminho a percorrer para tornar este fluxo sustentável e o alargar. Atualmente, estarão cerca de 20% das empresas, direta ou indiretamente, envolvidas nesta dinâmica, o que abre claramente portas a um incremento deste valor.

VE - Quais são as novas tendências de consumo no agroalimentar e como é que as empresas estão a responder às novas exigências dos consumidores?

JTH - No que respeita à relação direta com os produtos alimentares, os consumidores querem, para além dos elevados níveis de segurança alimentar, da conveniência e da relação com a saúde, assegurar-se que as empresas cumprem com os requisitos fundamentais ao nível da sustentabilidade e da responsabilidade social. No que respeita à adaptação, o maior e mais aliciante desafio passa pelo reconhecimento e pela integração dos novos formatos de comunicação de produto e marca junto dos consumidores emergentes.

VE - E como avalia a capacidade de internacionalização das empresas do agroalimentar? Estamos no bom caminho ou deveria haver maior arrojado?

JTH - Existem já bons exemplos de investimento direto de empresas nacionais no estrangeiro, em setores como as bebidas, os lácteos, o azeite, o café, os preparados de fruta e as massas alimentícias. Para um país pequeno, mas com grande potencial no agroalimentar, há que continuar esta ambição de internacionalizar o nosso conhecimento e a nossa qualidade.

VE - O Governo apresentou, a 31 de janeiro, a Estratégia Nacional para a Indústria 4.0 e o agroalimentar é um dos setores envolvidos. Que investimentos estão a ser feitos neste domínio da digitalização da economia e da automação/robotização de processos?

JTH - A FIPA e várias empresas do setor estiveram envolvidas na construção desta estratégia, tendo sido ouvidas em várias etapas, o que veio a revelar-se fundamental para o destaque e priorização dados ao setor no trabalho apresentado pelo Governo. A indústria agroalimentar tem todas as condições para sair no pelotão da frente, mas necessita claramente de uma envolvente favorável em termos de políticas nacionais. Os investimentos surgirão com mais facilidade em ambientes de boa cooperação. Para além do investimento financeiro em equipamentos e tecnologias, torna-se fundamental a formação de recursos humanos e a dinamização das 'startups'.

VE - Que dificuldades sentem as empresas para se adaptarem a estes processos? Há escassez de recursos humanos qualificados e mentalizados para estes desafios tecnológicos?

JTH - Não será só em Portugal mas, efetivamente, começa a haver uma procura de recursos qualificados superior à oferta em algumas áreas mais ligadas à digitalização da economia. Em primeiro lugar, é fundamental que este tema integre a cultura das empresas e, por outro lado, que se consigam encontrar as competências adequadas. Neste aspeto, caso o país não consiga for-

mar e reter talentos, poderemos estar perante uma barreira real.

VE - Como sabe, acaba de ser reconhecido o AgroFood Portuguese Cluster, que agrega a PortugalFoods, a PortugalFresh, o AgroCluster e o InovCluster. Que papel assume a FIPA nesta estrutura?

JTH - A FIPA assinou recentemente um protocolo com o Cluster e irá ocupar a presidência do Conselho Estratégico. É um órgão que tem natureza consultiva e tem por objeto propor e pronunciar-se sobre a estratégia de intervenção do Cluster, nomeadamente no que que respeita à coordenação das ações de promoção, definição de estratégias para a internacionalização, integração e dinamização de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação e representações institucionais do setor.

VE - Que ganhos de eficiência e de competitividade e ao nível das exportações o agroalimentar deverá obter com o novo cluster, que agrega pela primeira vez parte do setor primário (frutas e legumes)?

JTH - Uma boa cooperação entre os vários elos da cadeia de valor tem, naturalmente, um efeito positivo na união de forças para a conquista de novos mercados. Há setores que podem alavancar outros, quer pelo efeito de arrastamento, quer pela transferência de conhecimento dos mercados. O facto de se criar igualmente proximidade às instituições de investigação e desenvolvimento permitirá ampliar o conhecimento nacional aplicado.

Indústria agroalimentar movimentada 15,4 mil milhões de euros

A indústria agroalimentar é "a indústria transformadora que mais contribui para a economia nacional". Dados apontados pela FIPA revelam que o setor terá atingido no final de 2016 um volume de negócios de 15,4 mil milhões de euros, com um valor acrescentado bruto (VAB) de 2,8 mil milhões de euros.

O setor é responsável por mais de 108 mil empregos diretos e mais de 500 mil empregos indiretos e tem mantido nos últimos cinco anos um "crescimento acima da média da economia nacional". Aliás, de acordo com as projeções do Governo, esta indústria "tem potencial para, em 2020, ser exportadora líquida".

No global, o setor agroalimentar nacional registou, em 2016, um volume de exportações de 6,3 mil milhões de euros (11,3% do total da economia). Desse montante, as exportações da indústria alimentar e das bebidas cifraram-se em 4,6 mil milhões de euros, um aumento de 3,7% em relação a 2015, representando 9,2% do total das exportações da indústria transformadora nacional.

Por seu lado, a FIPA conta atualmente com uma filiação direta de 16 associações setoriais, que representam no total cerca de 80% do volume de negócios de todo o setor. Conta também com um Conselho Consultivo composto por 15 grandes empresas, nacionais e multinacionais, e seis parceiros aderentes.



"Caso o país não consiga formar e reter talentos, poderemos estar perante uma barreira real", avisa Jorge Tomás Henriques, presidente da FIPA.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INDÚSTRIA GARANTE QUE HAVERÁ AVISOS DE CANDIDATURA ESPECÍFICOS PARA INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA

O agroalimentar é um dos setores que mais pode beneficiar da Indústria 4.0

O agroalimentar “não é apenas um setor com enorme potencial, mas um dos que têm revelado maior apetência pela inovação e que têm mantido uma postura mais colaborativa” no processo de definição de uma estratégia nacional para a Indústria 4.0, lançada recentemente pelo Governo.

Quem o diz é o secretário de Estado da Indústria, João Vasconcelos. Em entrevista à “Vida Económica”, o governante é taxativo: “o agroalimentar é um dos que mais podem beneficiar desta revolução industrial, porque, ao incorporar atividades primárias, secundárias e terciárias, tem uma margem de transformação mais ampla”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica - O Governo lançou a 31 de janeiro a Estratégia Nacional para a Indústria 4.0, com 60 medidas que deverão ter impacto sobre mais de 50 mil empresas. Que reflexos pode haver no agroalimentar?

João Vasconcelos - O agroalimentar é um dos que mais podem beneficiar desta revolução industrial, porque, ao ser um setor que incorpora atividades primárias, secundárias e terciárias, tem uma margem de transformação mais ampla. Podemos falar da componente agrícola, onde o poder da recolha de tratamento de dados sobre espécies, solos, clima, etc. nunca conheceram tanto avanço. Podemos falar também de toda a transformação industrial, onde as novas tecnologias estão a transformar profundamente a forma como a indústria opera, per-

mitindo tempos de planeamento menores, séries de produção mais curtas e maior produtividade das máquinas. E, por fim, na componente serviços, na relação com o cliente e na distribuição e logística, o poder do digital tem sido amplamente reconhecido pelo setor. Se hoje temos consumidores mais informados e que exigem mais transparência e celeridade, então a incorporação de tecnologias características da indústria 4.0 no agroalimentar permite oferecer aos clientes informação fidedigna.

VE - Que género de informação?

JV - Informação sobre todo o percurso dos alimentos até chegarem a si e encurtar os tempos de transformação e transporte. Por outro lado, t e -



Indústria 4.0: “haverá avisos específicos para investimentos em tecnologias características da Indústria e para clusters de competitividade, dos quais fazem parte as associações setoriais”, revela João Vasconcelos

mos consumidores mais exigentes ao nível da customização. E, também aí, estas tecnologias permitem a pequenas e grandes empresas produzirem séries mais pequenas e atingirem mais mercados de nicho.

VE - Então, este é um setor com potencial para entrar neste novo paradigma?

JV - Não é apenas um setor com enorme potencial, mas um dos setores que têm revelado maior apetência pela inovação e que têm mantido uma postura mais colaborativa, talvez por se encontrar muito disperso geograficamente e ser composto maioritariamente por PME. Por isso mesmo, mas, também, pelo peso que representa no PIB nacional e na criação de emprego, foi um dos quatro grupos de trabalho criados pelo Governo, no âmbito do desenho de uma estratégia nacional para a Indústria 4.0, para produzir recomendações ambiciosas mas realizáveis para todos os envolvidos, com uma agenda adaptada às necessidades e ao potencial da nossa indústria.

VE - Que conselhos deixa às empresas do agroalimentar a este nível?

“Uma das maiores preocupações das empresas, que se encontram dispersas pelo país, é a literacia digital dos recursos humanos”, alerta João Vasconcelos, secretário de Estado da Indústria.

JV - Não há motivo para que não possam existir, a partir de Portugal, empresas líderes no mercado global, símbolos de inovação nos setores mais tradicionais. A digitalização que está a acontecer na economia é um momento único na História, que vai revolucionar o tecido industrial, as relações entre consumidores e marcas mas, também, entre cidadãos e serviços públicos.

É urgente cada um de nós refletir sobre os desafios e as oportunidades que a digitalização nos coloca. As decisões que tomarmos hoje sobre esta matéria irão determinar a nossa capacidade de encontrar o equilíbrio certo entre a proteção dos interesses de quem produz e inova e a disseminação eficaz de informação e conhecimento que beneficia toda a sociedade.

Para Portugal, esta é a primeira revolução industrial em que a localização geográfica ou a dita falta de recursos naturais não nos prejudica. Aliás, vários especialistas têm defendido que os países pequenos, com tecidos empresariais mais ágeis e adaptáveis, irão sair beneficiados. As organizações que até aqui apostaram em produzir e prestar serviços com qualidade e que agora souberem aproveitar o acesso direto aos clientes finais através do e-commerce têm na digitalização uma enorme vantagem competitiva.

“Uma das maiores preocupações das empresas é a literacia digital dos recursos humanos”

A Cerealis, Centauro, Delta, Frulact, Lusiaves, Nestlé, Sogrape, Sovena, Sumol+Compal, o grupo Ramirez, o grupo Trivalor, a Unicer e a Vitacress são “algumas das maiores e mais inovadoras” empresas do agroalimentar chamadas pelo Governo para a definição da Estratégia Nacional para a Indústria 4.0. Assim como ‘startups’ que dominam e estão a desenvolver soluções baseadas nas tecnologias características da quarta revolução industrial, como a Faarm ou a Sensefinity, ou um centro de investigação como o CENI, refere João Vasconcelos nesta entrevista.

Na verdade, desde abril de 2016 que mais de 200 entidades e empresas se agregaram em grupos de trabalho para diferentes setores — agro-indústria (produção, transformação, transporte e armazenamento), retalho (distribuição, e-commerce, têxtil, calçado), turismo e automóvel (moldes, plásticos, maquinaria, robótica, eletrónica). Tiveram como

missão produzir recomendações simultaneamente ambiciosas e realizáveis, para todos os envolvidos e com uma agenda adaptada às necessidades e ao potencial de toda a indústria.

Mais de 60% das medidas orientadas para a mobilidade e qualificação

A “Vida Económica” perguntou ao secretário de Estado João Vasconcelos se, a exemplo do setor do calçado, que vai apresentar em breve um roteiro estratégico para as empresas com investimentos previstos de 49 milhões de euros apoiados por fundos públicos com vista a preparar a indústria para o novo desafio da Indústria 4.0., o agroalimentar também vai seguir esse caminho. Em resposta, o governante explica que “o Governo contactou diversas entidades” do agroalimentar e que “as reuniões de

trabalho facilitaram o diálogo entre empresas, funcionários, associações, ciência e política”.

No entanto, “uma das maiores preocupações das empresas, que se encontram dispersas pelo país, é a literacia digital dos recursos humanos”. Por essa razão, o secretário de Estado faz questão de frisar que “mais de 60% das medidas” previstas no plano estratégico do Governo “são orientadas para a mobilidade e qualificação das pessoas”, para que “saibam operar as tecnologias de que se fala quando se fala desta revolução”.

Questionado sobre se considera que a indústria agroalimentar deve elaborar também ela um plano estratégico comum para a Indústria 4.0 ou se cada empresa deve fazê-lo por si, João Vasconcelos é claro: “o facto de existir uma estratégia nacional para a Indústria 4.0 que envolve mais de 200 entidades, públicas e privadas, e que tem permitido

aos setores aprenderem uns com os outros, não deve impedir que cada setor se organize no sentido de partilhar recursos, diminuir riscos e aceder a clientes ou mercados que requerem maior escala”.

O governante refere, aliás, que apoiar esse esforço conjunto é “precisamente um dos objetivos do programa Interface, que integra medidas como os clubes de fornecedores ou os laboratórios colaborativos”. E que, “ao pôr em contacto empresas, universidades e politécnicos, conhecimento e necessidades, vai certamente agilizar o desenvolvimento de novos produtos, a transferência de conhecimento para quem dele necessita e a investigação partilhada”.

Agora, uma coisa é certa: “nenhuma destas iniciativas anula a responsabilidade individual que cada empresa tem de ter para compreender para onde o seu mercado está a evoluir e desenvolver uma estratégia alinhada com o mercado”.

Frulact investe meio milhão na otimização da qualidade do morango

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Frulact, um dos cinco maiores 'players' da Europa nos preparados de fruta, que abastece as grandes multinacionais da indústria de laticínios, pastelaria, gelados e bebidas em todo o mundo, vai investir cerca de meio milhão de euros na otimização da produção do morango, uma matéria-prima que representa "mais de 40%" da quantidade total dos frutos adquiridos.

Em cima da mesa – que é como quem diz, no campo e no laboratório – está o projeto Strawberry+, uma nova abordagem da Frulact para impulsionar a qualidade do morango utilizado nos seus preparados de fruta para a indústria. A empresa da Maia dá muita importância à "qualidade e características específicas da matéria-prima fruta", de modo a "obter preparados de elevada qualidade e naturalidade", explica "Vida Económica", Cândida Miranda, responsável de Investigação & Tecnologia do grupo Frulact. Razão por que esta investigação permitirá "maximizar a qualidade e produtividade do morango no campo, recorrendo a técnicas de produção mais amigas do ambiente".

O projeto Strawberry+ é cofinanciado pelo COMPETE 2020 no âmbito do Sis-

Projeto Strawberry+ visa otimizar a qualidade e a eficiência das operações de pós-colheita dos morangos para indústria, melhorando a tecnologia de desinfecção e outras operações de primeira transformação (remoção do pedúnculo, por exemplo), reduzindo tempos de operação e impactos negativos, como perda de água e de firmeza, suscetibilidade a podridões e danos físicos e pós-contaminação microbiológica

tema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, na vertente de copromoção, com um investimento elegível de 435 mil euros, correspondendo a um incentivo FEDER de 288 mil euros. Agregará, no total, "o equivalente a quase quatro pessoas dedicadas em exclusivo", distribuídas pelas três entidades parceiras – a Frulact, a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica do Porto (ESB-UCP) e a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FC-UP).

Cândida Miranda revela que tudo surgiu "após uma tese de mestrado, no Frutech, de uma aluna da ESB-UCP", que investigou as possibilidades de utilização de morango de hidroponia na estratégia de inovação da Frulact, nomeadamente em matéria de firmeza, processamento e microbiologia. E como "o sucesso destes pro-

jetos depende muito dos especialistas nele envolvidos", entendeu-se que a FC-UP seria "a entidade parceira escolhida, dada a sua vasta experiência em estudos do impacto dos fatores pré-colheita na qualidade pós-colheita de vários produtos hortofrutícolas, incluindo pequenos frutos".

Para concretizar estes ensaios, a Frulact vai utilizar o Campus Agrário de Vairão da FC-UP, onde se irá proceder à "validação da concentração e frequência de aplicação de bio-estimulante e

à comparação do seu efeito na qualidade do morango produzido em solo", refere Cândida Miranda.

Por seu lado, a ESB-UCP "terá também um papel muito relevante no desenvolvimento do projeto", pois irá dar apoio na "determinação dos mecanismos associados à firmeza e ao teor em sólidos solúveis", bem como ao "impacto nutricional e avaliação sensorial do fruto". O objetivo principal é "melhorar a aptidão do morango para a transformação tecnológica (produção de morango industrial 'premium')", de modo a "obter um fruto com maior firmeza, teor de sólidos solúveis e cor, menor carga microbiana e com menos resíduos químicos".

O grande objetivo é que a Frulact, no processamento em fábrica, utilize "menos ingredientes, aditivos e auxiliares tecnológicos", com isso "aproximando a fruta processada do seu estado natural".

E, no final, gerando "acrescidas melhorias a nível da qualidade", com maior rentabilidade devido à "minimização das perdas".



Frulact Canadá (quase) em velocidade de cruzeiro

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Frulact, que faturou 110 milhões de euros em 2016, arrancou este mês de abril com "os primeiros ensaios industriais e processos de homologação" da sua nova unidade em Kingston, no Canadá, construída de raiz "numa das cidades melhor posicionadas" para servir o mercado canadiano mas, também, "o Leste dos EUA". "Estaremos a trabalhar em velocidade de cruzeiro na primeira quinzena de maio", revela João Miranda, CEO da empresa.

O gestor adianta à "Vida Económica" que já ultrapassaram toda a fase de recrutamento e formação de quadros canadianos para a fábrica e que os mesmos, nomeadamente os considerados "chave" e que serão o "suporte" deste projeto industrial, foram formados em Portugal. Entretanto, "também já foram deslocados para o Canadá quadros Frulact, que estarão expatriados nos próximos anos", garantindo que o DNA da empresa, bem como a formação de toda a estrutura, fica garantida, acrescenta o CEO. Numa outra vertente, e obedecendo ao modelo de internacionalização já adotado pela Frulact noutras geografias (França, Marrocos e África do Sul), "há também uma equipa de 'start up' que estará no terreno durante seis meses para garantir a correta articulação com

os serviços centrais na Maia".

Quando foi comunicado, em agosto de 2015, este investimento da Frulact no Canadá estava orçado em 13,9 milhões de euros. Hoje, prestes a ser inaugurado, o montante total associado à construção e equipamento desta unidade "atingirá os 20 milhões de euros", avança João Miranda.

Nesta fase inicial, "iremos criar cerca de 55 postos de trabalho, mas a fábrica pode crescer rapidamente, pois assenta no nosso 'kit' de fábrica modular", acrescenta o CEO. A intenção é "abordar o mercado em duas frentes: primeiro o Canadá e, em paralelo, o Leste dos EUA". Neste último país, aliás, no Estado do Idaho, a Frulact adquiriu em 2013 um lote de terreno para fins industriais, onde assume vir a construir uma unidade no futuro.

Indústria 4.0: "Frulact está num patamar acima da média"

A Frulact fez parte de um dos grupos de trabalho criados pelo Governo para a preparação do programa nacional para a Indústria 4.0, apresentado a 31 de janeiro. Questionada a empresa da Maia sobre o patamar em que está hoje a esse nível, Rogério Silva, administrador, lembra que a companhia "sempre investiu fortemente nas novas tecnologias emer-

gentes" que contribuíssem "de forma inequívoca para o aumento da produtividade, da transparência dos processos, da aproximação aos clientes e do aumento da segurança alimentar".

Para Rogério Silva, "qualquer cliente que audita/visita a Frulact faz sempre menção à robustez e consistência dos nossos sistemas, com níveis de automação, digitalização e integração" considerados "de referência". E que "fazem com que a Frulact esteja num patamar acima da média a este nível no setor a nível global".

A Frulact, explica o administrador, "iniciou em 2010 um ambicioso projeto de integração entre os seus sistemas de informação e os processos industriais e linhas de produção em todas as unidades do grupo". Tudo para conseguir "uma orientação, controlo e monitorização completa de todas as operações em tempo real – o 'Overall Equipment Effectiveness' –, independentemente da

sua geografia", e que, para além da área produtiva, "inclui também toda a cadeia de valor".

Aliás, a empresa tem como princípio "replicar todos os 'improvements' tecnológicos nas diversas geografias" onde opera, "até para podermos reforçar a nossa orientação de centralização dos serviços, dando consistência às nossas operações em Portugal". A questão é que o Canadá é "um país muito e bem regulado, na lógica da defesa da sua indústria e da defesa dos consumidores, o que, por vezes, é erradamente confundido com protecionismo". E isso forçou a Frulact a instalar as suas linhas de produção recorrendo a "fornecedores canadianos", de forma a "minimizar riscos da não aprovação" da maquinaria. Ainda assim, garante Rogério Silva, "todos os requisitos foram definidos pela equipa de engenharia da Frulact, o que faz com que as linhas de produção sejam em tudo semelhantes às das outras unidades".

Por outro lado ainda, e numa "lógica mais transversal", as equipas de inovação e engenharia da Frulact "estão a trabalhar com alguns parceiros, no sentido de adotar tecnologias indústria 4.0". O objetivo é "ter um acompanhamento do produto, principalmente das suas características críticas, seja durante o transporte, seja durante o período de 'stockagem' e utilização pelos clientes".

LUÍS CAPOULAS SANTOS REVELA QUE “NOS ÚLTIMOS ANOS TÊM-SE DEVOLVIDO DEZENAS DE MILHÕES DE EUROS”

Ministro da Agricultura quer eliminar erros nos pagamentos realizados pelo IFAP

Um despacho conjunto dos ministros das Finanças, da Agricultura e do Mar publicado a 30 de março fez nomear como novo presidente do IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas Pedro Raposo Ribeiro, exonerando do cargo Luís Souto Barreiros, em funções desde 2012.

Num exclusivo à “Vida Económica” à margem da sessão de abertura do 6º congresso da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, o ministro da Agricultura foi muito claro. “Todos sabemos que todos os problemas dentro do IFAP, no seu relacionamento, quer com a Administração, quer com representantes, são os constantes problemas informáticos”, que têm levado à “devolução de dezenas de milhões de euros” de apoios públicos a Bruxelas. E Luís Capoulas Santos não tem dúvidas: é necessário “alterar o perfil dos dirigentes” e encontrar “um modelo de gestão do IFAP que esteja mais próximo dos destinatários e mais articulado dentro do Ministério”.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – No despacho de exoneração do presidente do IFAP e da nomeação para o cargo de Pedro Raposo Ribeiro, o Ministério da Agricultura diz que “é necessário imprimir uma nova orientação à gestão do IFAP”. O que é que falhou até aqui e o que é necessário mudar daqui para a frente?

Luís Capoulas Santos – Primeiro que tudo, os dirigentes cessantes fizeram, com empenho e dedicação, o melhor que puderam e fizeram uma gestão que, em muitos aspetos, considero muito positiva. Não é isso que está em causa. O que está em causa é procurar um modelo de gestão do IFAP que esteja mais próximo dos destinatários e mais articulado dentro do Ministério. E isso

implica uma alteração do perfil dos dirigentes. Como poderá ver, o presidente do Conselho de Informação é um ‘expert’ em informática. E todos sabemos que todos os problemas dentro do IFAP no seu relacionamento, quer com a Administração, quer com representantes, são os constantes problemas informáticos.

VE – Problemas que levam a erros e à devolução dos apoios? É que uma das menções constantes no despacho de nomeação do novo presidente do IFAP dá conta de que é preciso reduzir o erro na devolução dos apoios. Têm-se verificado muitos erros?

LCS – Muitíssimos. Como sabe, nos

últimos anos têm-se devolvido dezenas de milhões de euros. Dezenas de milhões de euros, respeitantes às questões do controlo, as chamadas correções financeiras.

VE – Nos últimos anos?

LCS – Nos últimos 10 anos, com picos maiores ou menores. Repito: têm sido devolvidos dezenas de milhões de euros que, aliás, são aplicáveis a outros Estados-membros. No caso português, mais do que seria proporcionalmente desejável.

VE – Mas essas devoluções a Bruxelas devem-se a erros do IFAP?

LCS – Devem-se a erros do sistema de controlo e o sistema de controlo está sediado no IFAP. Não estou a dizer que o problema é desta administração, se é das anteriores. O que sei é que este problema subsiste há mais de uma década. Nunca o eliminaremos, mas queremos reduzi-lo tanto



Luís Capoulas Santos, ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

quanto possível. É impossível, num sistema tão complexo como é a PAC, eliminar ou ter um controlo com resultados 100% perfeitos. Isso é impossível. Isso não existe nos controlos do IFAP nem em nada na vida. Agora, as correções financeiras a que Portugal tem sido sujeito nos últimos anos são proporcionalmente exageradas face à dimensão dos volumes financeiros que Portugal distribui. Portanto, essa é uma das questões que queremos melhorar. E, como verificará, um dos novos administradores [Nuno de Sousa Moreira, doutorado em Engenharia de Sistemas no Instituto Superior Técnico], tem uma formação de elevado nível precisamente nessa área.

VE – Que metas de execução do PDR 2020 quer ter em 2017, também fruto da correção desses erros?

LCS – Mais do que 100% da dotação anual. Como sabe, a execução do PDR 2020 foi de zero por cento em 2014, foi de 12% em 2015, foi de 100% em 2016 e quero ultrapassar os 100% em 2017, para começar a recuperar os atrasos de 2014 e 2015, já que, até 2020, temos de ter o Programa integralmente executado, se não tivermos de devolver verbas a Bruxelas. Já fechei um quadro comunitário de apoio e não devolvi um centimo, contrariamente ao que aconteceu com o Governo anterior, que andou a fazer propaganda antes das eleições de que tinha cumprido integralmente o quadro e devolveu 20 milhões de euros no final por não utilização. Portanto, tal como fiz quando geri o quadro comunitário quando exerci funções, pretendo neste quadro executá-lo em absoluto. Mas, para isso, é necessário, em cada ano, executar mais do que 100% para recuperar o atraso dos anos em que houve uma execução praticamente inexistente.

Retirada de substâncias ativas com impacto de 810,5 milhões em Portugal

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Uma eventual retirada do mercado, por imposição comunitária, de várias substâncias ativas em culturas chave no nosso país, como a videira/vinho, a oliveira/azeite, o milho/grão, a pereira/pera rocha ou o tomate/indústria, poderia ter impactos económicos para Portugal considerados “colossais”. Estas fileiras representam quase 1,5 mil milhões de euros, cerca de 40% do rendimento da produção vegetal nacional. Os prejuízos, esses, estimam-se que pudessem atingir os 810,5 milhões.

Ciente disto, a Associação Nacional para a Proteção das Plantas (ANIPLA) apresentou há dias as conclusões de um estudo, elaborado em colaboração com 27 entidades e individualidades nacionais, que avalia o impacto económico da possível retirada dessas substâncias ativas do mercado. Ao mesmo tempo, lançou uma campanha nacional para a promoção do conhecimento da população portuguesa em torno da realidade agrícola, dos seus desafios atuais e futuros e do papel da ciência e da tecnologia ao serviço da proteção dos recursos naturais.

O estudo foi realizado a 5631 consumidores do Reino Unido, Alemanha, Espanha e Polónia, e “tornou evidente que a população adulta europeia subestima os pressupostos da agricultura e a necessidade progressiva de se aumentar a quantidade de alimentos disponíveis para a população mundial”. Ao mesmo tempo, revelou ainda que “este segmento da população ignora a ligação existente entre a produtividade agrícola e a disponibilidade e preço dos produtos alimentares”.

“Nos últimos anos temos assistido ao crescimento do número de movimentos e apelos públicos, baseados em factos pouco claros e com base em perceções vagas, que questionam os métodos e práticas da agricultura e subestimam a realidade do trabalho e ciência em prole da proteção das culturas agrícolas”, refere António Lopes Dias, diretor executivo da ANIPLA. E porque “os resultados são demasiado alarmantes e as consequências previsíveis para o setor são de tal forma significativas, fomos impelidos a agir imediatamente”, acrescenta. Este é, pois, “o momento para voltamos a confiar na ciência e convidar a população portuguesa para que evite alarmismos e considere os factos”.

IFAP destaca-se nos pagamentos na UE28

O IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas de Portugal está em primeiro lugar no ranking dos 28 Estados-membros em matéria de execução financeira do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA).

Dados disponibilizados pela Comissão Europeia reportados a 31 de dezembro de 2016 revelam que “o desempenho do organismo pagador português dos Fundos Agrícolas Comunitários, FEAGA e FEADER, destaca-se entre os pagamentos da Europa a 28”, refere uma nota do IFAP.

No que respeita ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER, os pagamentos efetuados

até ao final de 2016 situam-se entre os cinco primeiros Estados-membros, em relação aos montantes aprovados pela Comissão para os programas de desenvolvimento rural no período de programação 2014-2020.

Esta terça-feira, na intervenção de abertura do 6º congresso da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, o ministro da Agricultura, Luís Capoulas Santos, revelou que, dos 33 mil projetos de investimento em carteira, 30.500 já foram analisados e, desses, 10.700 já foram contratados, envolvendo 1225 milhões de euros de investimento e 778 milhões de despesa pública.

JOSÉ JORDÃO, PRESIDENTE DO CENTRO DE FRUTOLOGIA COMPAL, EM ENTREVISTA À "VIDA ECONÔMICA"

Sumol+Compal investe meio milhão de euros por ano no Centro de Frutologia

Da combinação da maçã de Armamar e do limão de Resende, o Centro de Frutologia Compal fez nascer "um néctar muito especial, feito exclusivamente com fruta colhida nos pomares" de dois formandos da sua Academia – Márcio Pinheiro e Olívia Calvo.

Em entrevista à "Vida Económica" a bordo de um cruzeiro no Douro, onde a Sumol+Compal decidiu fazer a apresentação pública do novo néctar, José Jordão, presidente do Centro de Frutologia Compal, fala das "reticências dos acionistas" aquando do lançamento do projeto, em 2010.

Hoje, garante o gestor, os obstáculos foram ultrapassados, este departamento da empresa recebe cerca de "meio milhão de euros" de orçamento anual e o projeto passou a "fazer sentido na carta estratégica de navegação" da companhia. Aliás, "a marca atingiu um recorde de vendas o ano passado e nunca esteve tão bem, económica e financeiramente".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Referiu a dificuldade em convencer os acionistas em 2010 a aceitarem financiar este projeto. Passados estes anos, que retorno foi possível conseguir?

José Jordão – Os acionistas têm sempre aquela posição legítima de gostarem



José Jordão (à esquerda), presidente do Centro de Frutologia Compal, ladeado pelo produtores Márcio Pinheiro, de Armamar, e Olívia Calvo, de Resende.

ou não das coisas que propomos. Em Portugal, fruto da crise muito acentuada que tivemos entre 2011 e 2015, esse sentimento de alguma hipersensibilidade face a coisas que não sejam muito dentro da caixa, como costumam dizer, naturalmente é exacerbado. E, portanto, não foi fácil. Mas, em 2010, ainda que não estivéssemos dentro da crise que nos assolou, foi possível ultrapassar algumas reticências que houvesse. As empresas movem-se num quadro de rentabilidade esperada e tudo o que não seja suscetível de pôr em folha em cálculo é natural

que encontre alguma resistência. Mas felizmente eles estiveram de acordo e hoje constatam o que é que esta marca do Centro de Frutologia Compal beneficou, entre outras coisas que fazem sentido na carta estratégica da sua navegação. Hoje é relativamente fácil demonstrar que este pilar do Centro de Frutologia é muito importante na forma como a marca se apresenta e apresenta os seus produtos. Hoje temos uma associação forte às origens e sempre que possamos fazê-lo a partir de uma matriz portuguesa é extremamente interessante. E tudo isto se

associa às opções estratégicas, que têm sido muito bem sucedidas, pelo que os acionistas acabaram por reconhecer e aceitar que o Centro de Frutologia faz parte até da carta de internacionalização da marca.

VE – Qual foi o investimento total associado a este projeto e qual é hoje o retorno financeiro?

JJ – É sempre difícil de dizer. Uma marca como esta tem uma estratégia bem definida e tem alguns indicadores que não passam seguramente pela resposta que você quer. Repare: nós conseguimos dotar o Centro de Frutologia de um orçamento que ele, 'de per si' e sozinho, nunca teria. A marca hoje tem uma capacidade financeira e os recursos para, todos os anos, alimentar o Centro de Frutologia. E, para além da sua dimensão mais conhecida, que é a Academia, temos o Observatório, que tem um conjunto de competências para observar o contexto em que nos movemos. Por exemplo, nós continuamos a consumir nem sequer 50% da dose diária recomendada de fruta em Portugal.

VE – Sim, mas há obviamente aqui um orçamento associado, que é quantificável, não?

JJ – Sim, há. Mas ele não é só a face eminentemente visível disto, que são 60 mil euros por ano para três projetos de bolsas vencedoras do Centro de Frutolo-

gia e que já fazemos vai para seis anos. Portanto, há um investimento na casa dos 250 mil euros só aí. Mas, quando eu digo que é difícil de consubstanciar é porque tudo isto envolve gestores, 'marketing maganers', empresas de comunicação, de formação, parceiros que trazem para as atividades uma dedicação e uma paixão que vai muito para além do trabalho que prestam. E por isso torna-se difícil de quantificar. Mas poder-se-ia dizer que nós investimos perto de meio milhão de euros todos os anos numa aventura como esta. E é evidente que esse montante, dentro do contexto de uma marca como esta, é qualquer coisa que confere à marca uma diferenciação que as outras não têm.

VE – Quantos produtores de fruta já formou a vossa Academia?

JJ – Até 2016, já formámos 46 formandos e em 2017 vamos ter 12, portanto, ao todo, serão 58. Só conseguimos formar, com qualidade, 12 formandos por ano, embora tenhamos quase 60 candidaturas para esses 12 lugares. Claro que já nos passou pela cabeça aumentar esse número, mas gostamos de por o pé em terreno sólido, para não nos arrependermos. E esta tem sido uma fórmula ganha-

"A crise que tivemos entre 2011 e 2015 fez com que o consumo privado caísse 30% em Portugal. E 30% aleija. Nós perdemos 50 milhões de euros"

dora. E você ouviu aqui os produtores a falar. E mesmo até para respondermos aos acionistas quando nos perguntam 'mas tem mesmo de ser uma academia?'. E nós dizemos: 'sem uma Academia não há Centro de Frutologia Compal'. A verdade é que nós já tínhamos bastantes ideias, mas hoje temos melhores ideias, mais robustas e seguramente mais transversais do ponto de vista, não só social, como corporativo e até estratégico. E isto agrega gente e muita vontade.

VE – A Sumol+Compal faturou 355,8 milhões de euros em 2016, dos quais 245,1 milhões em Portugal. Em quanto é o Centro de Frutologia contribui para o volume de negócios da companhia?

JJ – Repito: é extremamente delicado

e difícil dizer. Eu diria de outra forma: a marca Compal atingiu um recorde de vendas o ano passado. Nunca esteve tão bem, económica e financeiramente. É uma marca que temos vindo a acompanhar há muitos anos em termos de pesquisa de consumidor e sistematicamente. E ela nunca esteve tão bem em termos de alguns indicadores e, também, para se perceber se ela faz parte das nossas vidas ou não. E esta marca faz, é uma marca ímpar no contexto português.

VE – Na sua apresentação falou muito de marketing e de estratégia. A Sumol+Compal faz uma aposta clara nestas duas vertentes?

JJ – Absolutamente. Tem sido para nós constatable que não tendo, no passado, esta proficiência estratégica de saber onde pomos os pés, as coisas vão-se tornando mais difíceis e mais suscetíveis a custos de contexto e a humores da própria atividade económica. É bom não esquecermos que a crise que tivemos fez com que o consumo privado caísse 30% em Portugal. E 30% aleija. Nós perdemos 50 milhões de euros nesta crisesinha jeitosa. Felizmente já recuperámos tudo, mas estivemos três anos a comer o pão

que o diabo amassou. Estas coisas são complicadas.

VE – E agora em 2017 surgiu uma taxa agravada sobre as bebidas açucaradas. Isso é mais um revês?

JJ – Nós vemos isso com alguma preocupação, porque já está a ter algum impacto na retração do consumo desse tipo de produtos. Acharmos é que, do ponto de vista das políticas públicas, o senhor ministro e o senhor secretário de Estado têm, de facto, um propósito nesta matéria, que tenho de respeitar, embora possa não concordar, no sentido em que não temos dinheiro para estar doentes. E isso é manifesto e qualquer pessoa minimamente independente e que pense pela própria cabeça assina por baixo. Acho, contudo, que teríamos de rever outras coisas, como este défice de consumo de fruta e que, do ponto de vista da saúde pública, seria pelo menos colocável no mesmo patamar de legitimidade e interesse. Não é possível fazer tudo, mas vejo com alguma preocupação que esta indústria dos sumos e das bebidas refrescantes esteja hoje confrontada com um holofote forte demais para aquilo que é a importância do impacto do consumo destas bebidas.

CAPACIDADE INDUSTRIAL DO GRUPO ACIONISTA CASTEL JÁ INSTALADA FACILITOU A OPERAÇÃO

Sumol+Compal abre fábrica na Costa do Marfim

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A compra de 49,9% da Sumol+Compal Marcas em novembro de 2014 por 88,2 milhões de euros pela Copagel, do grupo Castel, de capitais franceses, mudou a carta internacional do grupo Sumol+Compal. Dois anos depois, a companhia alargou horizontes no continente africano – onde já detém fábricas em Angola e Moçambique –, investiu "meio milhão de euros" na adaptação de uma unidade industrial detida pelo acionista francês na Costa do Marfim e abriu, em novembro de 2016, uma linha de produção de Sumol naquele país, revelou José Jordão à "Vida Económica".

A Sumol+Compal não pensa só Portugal. "Pensamos Angola, Moçambique, África do Sul, onde estamos a entrar neste momento, e agora na Costa do Marfim, onde começamos a produzir Sumol", explica o gestor. Nota, aliás, que, "hoje, a empresa tem um quadro de internacionalização muito exigente", devido aos mercados para onde exporta ou onde detém unidades fabris a operar, mas, também, agora, decorrente das 27 geografias onde o grupo Castel está implantado.

"Repare: nós temos acionistas france-

ses, o grupo Castel é o oitavo mundial de bebidas, é muito forte em vinhos, muito forte em cervejas e, portanto, esta parceria foi muito bem escolhida", refere José Jordão, frisando que a operação realizada em finais de 2014 "não foi só entrada de capital". A concretização desse negócio, diz o presidente do Centro de Frutologia Compal, "permite-nos ter hoje uma carta internacional seguramente diferente da que tínhamos e que nos abre portas, sobretudo em África e em 27 países onde nós não estávamos".

O gestor fala sobretudo da África francófona, "a partir do Mali para cima – embora eles [grupo Castel] também estejam em Angola e para nós Angola é um mercado estratégico muito importante – e que permite a entrada da companhia na Costa do Marfim e noutros países que se lhe vão seguir". Esta nova unidade na Costa do Marfim "era uma fábrica do grupo Castel e que foi capacitada para produzir Sumol", explica José Jordão, adiantando que têm "mais coisas" em carteira. "Temos os Camarões e a Etiópia, que são mercados interessantes e onde é possível fazer coisas interessantes", apesar do "esforço financeiro extraordinário" associado, diz.

A Sumol+Compal tem "a consciência de que participa hoje em mercados que são muito competitivos e onde apare-

A Sumol+Compal, liderada pelo CEO Duarte Pinto, faturou 355,8 milhões de euros em 2016, dos quais 245,1 milhões em Portugal. Emprega 1380 pessoas

cem marcas que têm pegada internacional muito importante, com outros recursos e outro histórico". E que, por isso, têm de "ser particularmente habilidosos na forma como nos apresentamos". Tanto mais porque estes investimentos "pesam, não só financeiramente, como do ponto de vista da própria companhia", que antes "vivía do mercado português em 90%" e para a qual "hoje o mercado português tem uma importância menor". Quando começaram a aventura do investimento direto em outros países, o mercado internacional "valia 8% das nossas vendas". Hoje já vale "bem mais", tendo somado 101 milhões de euros em 2016 (30% das vendas totais).

Sem avançar pormenores quanto à capacidade de produção da nova unidade industrial na Costa do Marfim, José Jordão refere, ainda assim, que ela "tem uma grande capacidade, até porque o

grupo Castel também é engarrafador de Coca-Cola". Ainda assim, no enchimento de sumos nessa fábrica "há outras capacidades que são específicas e estamos a progredir com mais cautela".

Questionado pela "Vida Económica" sobre se, além da Costa do Marfim, admitem abrir outras unidades industriais noutros países onde o grupo Castel está instalado, José Jordão é taxativo: "admitimos, sim. Como admitimos fazer na Etiópia ou numa série de sítios". Isto, embora "em África as coisas não funcionem como na Europa ou nos Estados Unidos; as coisas têm outro tipo de considerandos, há outra maneira de ver as coisas e, sobretudo do ponto de vista logístico, a cadeia de escoamento é muito complicada".

Certo é que, e apesar de se assumirem "conservadores na forma como passamos essas oportunidades para o plano da consideração" para não se "precipitarem" e para "meter os pés num sítio onde sabemos que não vamos tropeçar", a Sumol+Compal está a alargar progressivamente a sua geografia. E a aproveitar a vantagem de ter "um parceiro [o grupo Castel] que nos poupa imensos recursos" e que lhe permite "uma base de navegação em África e de produção e distribuição que, de outra forma, não poderíamos ter".

SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE CULTURAS

ANTECIPAÇÃO E EXTENSÃO





- ANTI-GRANIZO
- ANTI-CHUVA
- ANTI-ESCALDÃO
- ANTI-PÁSSARO
- SISTEMAS DE CONDUÇÃO E TUTORAÇÃO
- ESTRUTURAS DE SUPORTE
- ACESSÓRIOS






SOLUÇÕES SEGURAS PARA AS MAIS EXIGENTES CULTURAS

ASSEGUAMOS AS SUAS COLHEITAS.

www.cotesi.com



Indústria da fileira florestal investiu 2,5 mil milhões de euros entre 2000 e 2014



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O Governo aprovou a 21 de março, Dia Internacional da Floresta, um conjunto de diplomas que pretendem constituir uma reforma do setor florestal em Portugal "para uma geração", como a apelidou o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Luís Capoulas Santos. Referindo-se a esses documentos legislativos, o Presidente da República disse, justamente, que os quer ver cumpridos, desejando que, à volta deles, se gere "um vastíssimo consenso nacional" e "uma atuação coordenada na sua aplicação", de modo a que "passem rapidamente do papel à realidade".

Na verdade, o assunto não é de somenos importância ou não ocupasse a floresta cerca de 3,15 milhões de hectares de terras, representando 35% do território continental. Se atentarmos nos dados estatísticos à volta do setor verificamos que, em 2015, o saldo da balança comercial dos produtos de origem florestal registou um excedente de 2,6 mil milhões de euros, de acordo com as Contas Económicas da Silvicultura do INE publicadas a meados de 2016. De acordo com a mesma fonte, o VAB do setor florestal representa 1,2% do PIB nacional, valor que, no contexto dos países da UE, só é ultrapassado pela Finlândia e pela Suécia, como refere a AIFF - Associação para a Competitividade da Indústria Florestal, que a 10 de março último convidou Marcelo Rebelo de Sousa para ajudar a debater o peso económico e estratégico da fileira na Reitoria da Universidade de Lisboa.

Dados avançados pela AIFF mostram que os setores de atividade ligados diretamente à floresta – a cortiça, madeira e mobiliário, a pasta e o papel – têm vindo a incorporar "maior produção nacional, contribuindo diretamente para a redução das importações". A fileira florestal representa 12,1% do número total de pessoas ao serviço nas indústrias transformadoras, 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% da população empregada total. Por setor, verifica-se, respetivamente, na cortiça 9.200 empregos, ma-

Só no período 2000-2013 foi investido na fileira florestal um total de 901.389.910 euros, sendo que 50% deste investimento foi realizado através do PRODER. No período 2000-2014 o investimento global foi de 2.473.154.136 euros, do qual cerca de 50% foi executado através do QREN

deira e mobiliário com 47.800, e pasta, papel e cartão com 10.600 empregos.

De acordo com a Associação, "estes números significativos e este reconhecimento mundial atingem-se porque a fileira florestal nunca deixa de se atualizar, de investir e de qualificar". E os números traduzem-no. As iniciativas em inovação da fileira florestal concretizadas através do QREN 2007-2013 representam 5,8% do número total de projetos aprovados e 10,8% do volume total de investimento aprovado no âmbito deste programa de apoio. Só no período 2000-2013 foi investido um total de 901.389.910 euros, sendo que 50% deste investimento foi realizado através do PRODER.

Por sua vez, e de acordo com os dados compilados pela AIFF, os programas de apoio ao investimento à indústria da fileira florestal no período 2000-2014 totalizaram um investimento global de 2.473.154.136 euros, do qual cerca de 50% foi executado através do QREN. A análise por subfileira revela também que o maior volume de investimento foi realizado pela subfileira da pasta e papel (1.165 milhões de euros, 47% do total), seguindo-se a subfileira da madeira e mobiliário (780 milhões de euros, 32% do total) e a subfileira da cortiça (525 milhões de euros, 21% do total).

No ranking das 100 maiores empresas da fileira florestal a nível mundial, elaborado em 2013 pela PricewaterhouseCoopers, estão quatro grupos portugueses.

Aquatropolis Academy traz indústria 4.0 à aquicultura



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Nasceu em Peniche na última semana o primeiro centro de excelência para a transformação digital do setor aquícola português, que tem como objetivo "fazer de Peniche o epicentro da quarta revolução industrial com impactos na aquicultura e economia do mar".

Falamos da Aquatropolis Academy, inaugurada na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Politécnico de Leiria (ESTM/IPLeiria), na presença de Ana Paula Vitorino, ministra do Mar, José Apolinário, secretário de Estado das Pescas, e João Vasconcelos, secretário de Estado da Indústria.

O projeto consolida "uma parceria inédita entre ensino superior e o tecido empresarial, entre a ESTM/IPLeiria e a Compta, e tem por missão formar e capacitar os futuros profissionais do setor aquícola com competências nos domínios técnicos e científicos da economia digital", refere o Politécnico de Leiria em comunicado. A inauguração desta academia é também "o tiro de partida

para a primeira conferência nacional que debate o papel da Indústria 4.0 na cadeia de valor do pescado", que está ser preparada.

A Aquatropolis Academy resulta do consórcio Aquatropolis, projeto em co-promoção cofinanciado pelo Compete 2020, que assumiu como compromisso colocar os princípios da quarta vaga da revolução industrial ao serviço da modernização e competitividade do setor aquícola português, de modo a "desenvolver uma 'framework' tecnológica que optimize processos críticos da produção". E estas entidades querem "cimentar a liderança da cidade de Peniche no que toca à aplicação da Indústria 4.0 com impactos na aquicultura e economia do mar".

O consórcio Aquatropolis nasceu há cerca de um ano para "promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura". É composto pela Compta, ALGPlus, Domatica, pelo Politécnico de Leiria, através das Escolas Superiores de Turismo e Tecnologia do Mar e de Tecnologia e Gestão, pelo Instituto Politécnico de Tomar e pelo Tagus Valley.

Concurso de ideias para agentes da fileira dos pequenos frutos

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Procuram-se ideias inovadoras no setor dos pequenos frutos para potenciar a produção, inovar no produto, medir e otimizar processos ou inovar com recurso a novas tecnologias.

O Vougapark - Centro de Inovação e a Agim - Associação para os Pequenos Frutos e Inovação Empresarial, em parceria com a Sanjotec, Universidade de Aveiro, ANJE, CATEC, Escola Profissional de Aveiro e Inovaria, vão promover um concurso de ideias especialmente direcionado para os agentes desta fileira.

O concurso de ideias - "AgrInnovation" - surge "no seguimento da identificação de vários problemas e necessidades detetadas junto do universo de produtores de pequenos frutos", refere a AGIM, numa nota enviada à "Vida Económica".

A ideia é "estimular o empreendedorismo inovador de base regional, assente no setor agroalimentar", que é uma "área estratégica do Vougapark",



sedeado em Sever do Vouga. Em paralelo, os promotores deste concurso têm como objetivo "apoiar a concretização de ideias com forte potencial de negócio, através da facilitação a serviços de apoio especializados, assim como parcerias estratégicas".

As ideias admitidas a concurso deverão "corresponder a otimização do processo produtivo dos pequenos frutos e/ou a novos produtos/transformação do produto", nomeadamente dos pequenos frutos (mirtilo). Para as ideias vencedoras, este concurso prevê a atribuição de um conjunto de prémios, que podem ser consultados no regulamento.

As inscrições estão abertas até 28 de abril. O regulamento e a ficha de inscrição do Concurso de Ideias "AgrInnovation" pode ser obtido em www.agim.pt.